

União Distrital das IPSS de Santarém

Demonstração de resultados por naturezas para o período findo em 31 de Dezembro de 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		59,880.00	59,232.06
Subsídios, doações e legados à exploração	6	5,921.74	9,819.91
Fornecimentos e serviços externos		-26,831.80	-38,163.27
Gastos com o pessoal	9	-31,132.73	-30,021.40
Outros rendimentos e ganhos		35.12	111.10
Outros gastos e perdas		-3,823.12	-3,714.14
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4,049.21	-2,735.74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-3,493.71	-754.03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		555.50	-3,489.77
Resultado antes de impostos		555.50	-3,489.77
Resultado líquido do período		555.50	-3,489.77

DIREÇÃO

P. Claudio Jorge Rodrigues
 P. Claudio Jorge Rodrigues
 7.º de 7-15, T. 111, Lezíria do Tejo, 2019-01-16

CONTABILISTA CERTIFICADO

União Distrital das IPSS de Santarém

Balanço em 31 de Dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	13,792.68	1,518.39
Investimentos financeiros	5	663.68	481.44
Sub-total		14,456.36	1,999.83
Ativo corrente:			
Diferimentos		1,754.75	312.91
Outros ativos correntes		2,375.00	2,425.74
Caixa e depósitos bancários		63,289.82	73,484.35
Sub-total		67,419.57	76,223.00
TOTAL DO ATIVO		81,875.93	78,222.83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundo Social	8	10,302.52	10,302.52
Resultados transitados	8	54,745.81	58,235.58
Sub-total		65,048.33	68,538.10
Resultado líquido do período		555.50	-3,489.77
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		65,603.83	65,048.33
PASSIVO			
Fornecedores		153.75	618.87
Estado e outros entes públicos		783.67	753.14
Diferimentos		1,125.00	0.00
Outros passivos correntes		14,209.68	11,802.49
Sub-total		16,272.10	13,174.50
TOTAL DO PASSIVO		16,272.10	13,174.50
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		81,875.93	78,222.83

DIREÇÃO

Cláudia Jorge Rodrigues
 Cláudia Jorge Rodrigues
 António Manuel Oliveira
 CONTABILISTA CERTIFICADO

União Distrital das IPSS de Santarém

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		58,975.00	58,762.06
Pagamentos a fornecedores		-27,653.26	-38,306.07
Pagamentos ao pessoal		-30,374.95	-28,534.14
Caixa gerada pelas operações		946.79	-8,078.15
Outros recebimentos/pagamentos		4,774.36	3,985.82
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		5,721.15	-4,092.33
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	-15,768.00	-1,030.63
Investimentos financeiros	5	-181.88	-156.28
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		34.20	111.10
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-15,915.68	-1,075.81
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0.00	0.00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-10,194.53	-5,168.14
Caixa e seus equivalentes no início do período		73,484.35	78,652.49
Caixa e seus equivalentes no fim do período		63,289.82	73,484.35

DIREÇÃO

António José Rodrigues
 P.º António José Rodrigues
 para de 17/12/2020
 António José Rodrigues
 CONTABILISTA CERTIFICADO

M

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para o período de 01/01/2020 a 31/12/2020

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade

União Distrital das IPSS de Santarém

1.2. Sede

Praceta Capitão Varela Santos, 12, 2000-213 Santarém

1.3. Natureza da actividade

A UDIPSSS é a expressão organizada da cooperação entre as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Distrito de Santarém visando proteger o quadro de valores éticos e filosóficos que lhes são comuns. Está enquadrada com o CAE: 88990.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho e pela respectiva NCRF-ESNL aprovada pelo Aviso nº 8259/2015 de 29 de Julho.

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade

No período de relato não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Nas demonstrações financeiras referentes ao período de relato, não existem conteúdos que não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Principais políticas contabilísticas

- a) **Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:** custo
- b) **Principais pressupostos relativos ao futuro:** As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações realizadas pela entidade.
- c) **Principais fontes de incertezas das estimativas:** As estimativas efectuadas tiveram por base o melhor conhecimento existente à data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.2. **Alterações nas políticas contabilísticas:** não aplicável.

3.3. **Alterações nas estimativas contabilísticas:** não aplicável.

3.4. **Correção de erros de períodos anteriores:** não aplicável.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. As vidas úteis e taxas de depreciação usadas foram as constantes do DR n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

4.2. Para mensurar a quantia bruta escriturada foi utilizado o critério do custo e o método de depreciação utilizado foi o método da linha reta.

4.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Totais
- Quantia bruta inicial	0.00	10,008.78	10,008.78
- Depreciações acumuladas	0.00	-8,490.39	-8,490.39
Quantia líquida inicial	0.00	1,518.39	1,518.39
Movimentos do período	13,028.32	-754.03	12,274.29
- Total das adições	13,896.87	1,871.13	15,768.00
aquisições 1ª mão	13,896.87	1,871.13	15,768.00
- Total das diminuições	-868.55	-2,625.16	-3,493.71
depreciações	868.55	2,625.16	3,493.71
Quantia líquida final	13,028.32	764.36	13,792.68

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

5.1. No período de relato foram considerados como investimentos financeiros os valores relacionados com o Fundo de Compensação do Trabalho. O acréscimo no período foi de 182,24 €.

6. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

6.1. Foram considerados como rendimentos, na totalidade, os subsídios do Governo recebidos durante o período relativos a:

	Valor
IEFP	4.526,74
Autarquias	165,00

7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

7.1. Os rendimentos da entidade estão isentos de imposto sobre o rendimento, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 10º do Código do IRC e não existem situações sujeitas a tributação autónoma, pelo que não foram reconhecidos quaisquer gastos com imposto sobre o rendimento.

8. FUNDOS PATRIMONIAIS

8.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundo social	10,302.52			10,302.52
Resultados transitados	58,235.58	3,489.77		54,745.81
TOTAL	68,538.10	3,489.77	0.00	65,048.33

9. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

9.1. Durante o período de relato o número médio de empregados foi de 2,5.

9.2. Os membros dos órgãos diretivos durante o período de relato, não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho das suas funções.



DIREÇÃO



P.º Claudio Jorge Rodrigues
Fórmula de Juros e
Administração de Dívida



CONTABILISTA CERTIFICADO



Pareceres a submeter à Assembleia Geral:

No dia 21 de Abril de 2021, pelas 14H30, na sede provisória da UDIPSSS (União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Santarém), sita na Praceta Capitão Varela Santos, 12, Santarém, reuniu o Conselho Fiscal com a presença de todos os seus elementos, nomeadamente, o seu Presidente, senhor António Lucas Gomes Mor e os vogais, senhores Luís Manuel Silva Amaral e António Rui Emídio Pratas Veiga, para deliberar sobre os pontos constantes da seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Relatório de Atividades, Demonstração de Resultados e dos Fluxos de Caixa, Balanço e Anexo às Demonstrações Financeiras referentes a 2020. Apreciação e emissão de parecer;-----
- 2 - Plano de Ação e o Orçamento Previsional para 2021 (Rendimentos e Gastos). Apreciação e emissão de parecer. -----

Relativamente ao ponto 1:

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Atividades, a Demonstração de Resultados e dos Fluxos de Caixa, o Balancete Analítico de encerramento e o Balanço, bem como o Anexo às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020, apresentados pela Direção e sobre estes documentos recebeu com detalhe e precisão de informação todos os esclarecimentos.-----

Em face do exposto, o Conselho Fiscal, no uso das suas competências definidas no artigo 25º dos Estatutos desta União, é de parecer favorável que a Assembleia Geral:-----

Aprove, nos termos da alínea b) do referido Artigo vigésimo quinto dos Estatutos, o Relatório de Atividades e as Contas de 2020 apresentadas pela Direção, cujos documentos estão de acordo com as exigências estatutárias quanto à prestação de informação, assim como no que respeita ao cumprimento de normas legais, contabilísticas e fiscais aplicáveis.-----

Propõe também que o resultado do exercício, positivo, no valor de 555,50 €, seja transferido para Resultados Transitados.-----

Santarém, 21 de abril de 2021

O Conselho Fiscal
António Lucas Gomes Mor,
Luís Manuel Silva Amaral,
António Rui Emídio Pratas Veiga

Quanto ao ponto 2:

O Conselho Fiscal apreciou o Plano de Ação e o Orçamento Previsional para 2021, aprovado pela Direcção e apresentado a este órgão para emissão de parecer.-----

Foram analisados os respectivos documentos, também ouvidas algumas explicações relativas ao que nos mesmos está expresso, bem como identificadas as preocupações subjacentes à realização dos objetivos propostos e contabilisticamente exemplificados perante a necessidade da obtenção de resultados que garantam a sustentabilidade económica e financeira da instituição, bem como a realização dos objectivos definidos para o papel social que a esta União está cometido.-----

Há realismo e consonância entre a proposição de acções e os valores previstos para a sua concretização, pelo que sobre os documentos em apreciação, o Conselho Fiscal dá parecer favorável, propondo à Assembleia Geral a sua aprovação, nos termos da alínea b) do Artigo vigésimo quinto dos Estatutos.

Santarém, 21 de abril de 2021

O Conselho Fiscal
António Lucas Gomes Mor,
Luís Manuel Silva Amaral,
António Rui Emídio Pratas Veiga
